

<u>Acórdãos STA</u>	Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo
Processo:	0518/11
Data do Acórdão:	16-11-2011
Tribunal:	2 SECÇÃO
Relator:	ISABEL MARQUES DA SILVA
Descritores:	EXECUÇÃO FISCAL NULIDADE PROCESSUAL ANULAÇÃO DA VENDA
Sumário:	<p>I - As dívidas que reverteram para um dos cônjuges, como responsável subsidiário por dívidas de sociedade originariamente devedora, não são da responsabilidade de ambos, porque respeitantes a <i>indenizações por facto imputável a cada um dos cônjuges</i> (cfr. a alínea b) do artigo 1692.º do Código Civil).</p> <p>II - Ainda que a dívida seja da responsabilidade exclusiva de um dos cônjuges, sendo penhorado um bem imóvel ou móvel sujeito a registo haverá que citar o cônjuge do executado (artigo 239.º do CPPT), passando este a gozar do estatuto processual de co-executado para defesa dos seus direitos.</p> <p>III - Ao contrário da falta de citação, a nulidade da citação, ainda que possa prejudicar a defesa do citado, tem de ser arguida pelo interessado, no prazo de oposição ou no prazo indicado para o efeito, ou, quando nenhum prazo for indicado, na primeira intervenção processual do citado.</p> <p>IV - Se o exequente não é o exclusivo beneficiário da venda do bem penhorado, não pode anular-se a venda executiva por motivo de falta/nulidade da citação, sem prejuízo da responsabilidade civil a que haja lugar.</p>
Nº Convencional:	JSTA000P13457
Nº do Documento:	SA2201111160518
Recorrente:	FAZENDA PÚBLICA
Recorrido 1:	A.....
Votação:	UNANIMIDADE
Aditamento:	

▼ **Texto Integral**

Texto Integral:	<p>Acordam na Secção de Contencioso Tributário do Supremo Tribunal Administrativo:</p> <p style="text-align: center;">- Relatório -</p> <p>1 – A Fazenda Pública recorre para este Supremo Tribunal da sentença do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, de 25 de Fevereiro de 2011, que, julgou verificada <i>nulidade processual insanável</i> por falta de citação, determinante da anulação da venda</p>
-----------------	--

efectuada em 28.09.2009 bem como de todo o processado posterior ao auto de penhora no processo de execução fiscal n.º 3603200501006070, do Serviço de Finanças de Leiria, apresentando as seguintes conclusões:

A) A autora deduziu acção de Anulação de Venda por entender que não fora citada para pedir a separação de bens da sua meação dos bens comuns do casal, isto porque a citação em causa estava deficientemente fundamentada.

B) O marido da autora é o responsável subsidiário das dívidas que deram origem aos processos de execução fiscal na sequência do que foi penhorado o prédio objecto da presente controvérsia.

C) Face ao probatório, Sua Ex^a a Meritíssima Juíza considerou procedente a acção porque, na sua opinião, a citação era nula por referir, no seu texto a previsão da venda do bem penhorado.

D) Não concorda a Fazenda Pública com esta interpretação, tendo em conta que a citação foi regularmente efectuada e permitia à sua destinatária o direito de requerer a separação da sua meação no bem comum do casal.

E) Isto não obstante se colocar a questão de a dívida, por ser comercial, se comunicar à cônjuge do executado, tornando-a assim também responsável pelo seu pagamento.

F) Entende a Fazenda Pública que a decisão da douda sentença se baseia numa questão meramente semântica do entendimento e na interpretação que Sua Excelência a Meritíssima Juíza fez da expressão utilizada na citação que à reclamante foi efectuada nos termos do art. 239.º do CPPT.

G) O facto de constar a expressão “de que prevê o procedimento de venda do prédio urbano ...” foi considerado como anúncio de venda o que não é rigoroso nem exacto pois a expressão é apenas e só – uma previsão.

Termos em que, com o doudo suprimento de V. Exas., deverá ser concedido provimento ao presente, revogando-se a decisão recorrida, com o que será feita a costumada JUSTIÇA

2 – Não foram apresentadas contra-alegações.

3 – O Excelentíssimo Procurador-Geral Adjunto junto deste Tribunal emitiu parecer nos seguintes termos:

Objecto do recurso: sentença anulatória de venda efectuada em processo de execução fiscal e do processado posterior à penhora.

FUNDAMENTAÇÃO

1. A recorrida foi citada nos termos do art. 239.º CPPT, na qualidade de cônjuge do executado B.....; esta citação confere-lhe a qualidade de co-executada e a possibilidade de exercício das correspondentes faculdades legais.

A expressão constante da citação de previsão do procedimento de venda do prédio urbano penhorado é uma mera informação transmitida à citada (eventualmente redundante) de que a tramitação normal da execução fiscal conduzirá àquela venda.

A citação da recorrida efectuada em 9.04.2009 enferma de nulidade por inobservância das formalidades legais, designadamente entrega de cópia do título executivo e de nota indicativa do prazo para dedução de oposição, para pagamento em prestações ou dação em pagamento (art. 190.º nº 1 CPPT).

Esta nulidade poderia ter sido tempestivamente arguida, no prazo legal para dedução de oposição (art. 198.º nº 2 CPC)

2. No caso concreto o imóvel penhorado foi vendido em 28.09.2009 e adjudicado à Caixa Geral de Depósitos, credora com garantia real (informação fls. 37).

Assim sendo, a falta de citação do cônjuge do executado (e, por maioria de razão, a nulidade dessa citação) não importa a anulação da venda realizada, da qual a Fazenda Pública exequente não foi exclusiva beneficiária, sem prejuízo da pessoa irregularmente citada poder ser indemnizada pelo prejuízo sofrido e da responsabilidade civil da pessoa a quem seja imputável a nulidade da citação (art. 864º nº 11 CPC, adaptado à situação de nulidade da citação do cônjuge do executado)

CONCLUSÃO

O recurso merece provimento.

A sentença impugnada deve ser revogada e substituída por acórdão declaratório da improcedência do pedido de anulação da venda.

Notificadas as partes do Parecer do Ministério Público (fls. 158 a 160 dos autos), veio a recorrida

pugnar pela manutenção do decidido (fls. 164, frente e verso).

Colhidos os vistos legais, cumpre decidir.

- Fundamentação -

4 – Questão a decidir

É a de saber se bem decidiu a sentença recorrida ao julgar verificada *nulidade processual insanável*, determinante da anulação dos actos processuais subsequentes do processo executivo, incluindo a venda executiva efectuada.

5 – Matéria de facto

Na sentença objecto do presente recurso foram dados como provados os seguintes factos:

1. *Contra o marido da requerente, B....., foi instaurado em 11.12.2008, o processo de execução fiscal (PEF) nº 3603200501006070 e apensos, no serviço de Finanças de Leiria, por reversão das dívidas de IVA e IRC da sociedade devedora originária (SDO) C....., Lda. (PEF em anexo);*

2. *No dia 9 de Abril de 2009 a requerente foi citada no âmbito do referido PEF (fls. 36 e ss., do PEF em anexo);*

3. *Da referida citação consta o seguinte teor: Fica v. Ex^a. citada nos termos do art. 239.º, do Código de Procedimento e Processo Tributário, na qualidade de cônjuge de B....., executado nos processos em epígrafe, de que prevê o procedimento de venda do prédio urbano cito na Rua da ..., ..., Freguesia de ... – Leiria, inscrito na matriz predial urbana da referida freguesia, sob o artigo nº 1293 (fls. 36, do PEF).*

6 – Apreciando.

6.1 Da nulidade processual por falta/nulidade da citação

A sentença recorrida, a fls. 116 a 120 dos autos, julgou verificada *nulidade insanável do processo de execução fiscal* por falta de citação do cônjuge do executado (artigo 165.º, n.º 1, alínea a) do Código de Procedimento e de Processo Tributário), determinante da anulação da venda executiva e bem assim de todo o processado posterior ao auto de penhora (cfr. sentença recorrida a fls. 119 e 120). Para assim decidir, considerou a sentença recorrida que estando em causa dívidas de IVA e IRC, se impunha não a citação do cônjuge para o efeito

limitado de requerer a separação de bens (artigo 220.º do CPPT), mas a citação do cônjuge nos termos previstos no artigo 239.º do CPPT, que lhe atribuía a qualidade de co-executado para efeitos do exercício de todas as garantias processuais (incluindo aquela). Contudo, atento aos termos em que foi efectuada a citação – dado que aí se refere que *o imóvel será colocado à venda*, e nenhuma referência há à possibilidade de requerer a separação de bens -, entendeu o tribunal “a quo” que *se a citação anuncia já a venda, o cônjuge do executado não pode exercer o direito que lhe cabe de requerer a separação de bens*, daí que tenha concluído que *não se pode considerar que foi efectuada a citação da requerente, nos termos e para os efeitos do disposto no art.º 239.º do Código de Procedimento e de Processo Tributário*, como decidido no Ac. do TCA-Sul de 20.10.2009, no rec. 03451/09 (cfr. sentença recorrida a fls. 119).

Discorda do decidido a recorrente Fazenda Pública, alegando que *a citação foi regularmente efectuada e permitia à sua destinatária o direito de requerer a separação da sua meação no bem comum do casal, isto não obstante se colocar a questão de a dívida, por ser comercial, se comunicar à cônjuge do executado, tornando-a assim também responsável pelo seu pagamento e que o facto de constar a expressão “de que prevê o procedimento de venda do prédio urbano ...” foi considerado como anúncio de venda o que não é rigoroso nem exacto pois a expressão é apenas e só – uma previsão.*

Vejamos.

Importa em primeiro lugar esclarecer – pois que neste ponto quer a sentença recorrida, quer a recorrente laboram num equívoco –, que respeitando as dívidas exequendas a dívidas de IVA e IRC da sociedade originária devedora C..... que foram objecto de reversão contra o marido da requerente (cfr. o n.º 1 do probatório fixado), tais dívidas não são da responsabilidade de ambos os cônjuges, antes dívidas da responsabilidade exclusiva do cônjuge marido, porque respeitantes a *indenizações por facto imputável a cada um dos cônjuges* (cfr. a alínea b) do artigo 1692.º do Código Civil e JORGE LOPES DE SOUSA, *Código de*

Procedimento e de Processo Tributário Anotado e Comentado, II volume, 5.^a ed., Lisboa, Áreas Editora, 2007, pp. 450/451 – nota 3 ao artigo 220.º do CPPT).

Daqui não resulta, porém, que a citação a efectuar ao cônjuge do executado o devesse ter sido para o limitado efeito de requerer, querendo, a separação de bens (nos termos do artigo 220.º do CPPT), porquanto no processo executivo foi penhorado (e vendido) um bem imóvel, havendo, nestes casos, de proceder sempre à citação do cônjuge do executado posteriormente à penhora, como o impõe o artigo 239.º do CPPT.

No caso dos autos o cônjuge do executado foi citado no dia 9 de Abril de 2009 (cfr. o n.º 2 do probatório fixado), pelo que não ocorre *falta de citação* (visto que também nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 195.º do Código de Processo Civil ocorreu).

Não obstante, os termos em que foi efectuada a citação e o teor da mesma - susceptível de ser entendido como anunciando já a venda do bem penhorado (cfr. o n.º 3 do probatório fixado) -, podem ter inviabilizado o exercício pelo cônjuge do executado dos seus direitos, designadamente o de requerer a separação de bens, o que pode ter prejudicado a sua defesa, gerando *nulidade da citação* (sobre a distinção entre falta e nulidade da citação, cfr. JORGE LOPES DE SOUSA, *cit.*, p. 109 – nota 5 ao art. 165.º do CPPT).

Ao contrário na falta de citação, que constitui *nulidade insuprível* do processo de execução fiscal *quando possa prejudicar a defesa do interessado* (artigo 165.º n.º 1, alínea a) do CPPT), a *nulidade da citação* por inobservância das formalidades prescritas na lei só pode ser conhecida na sequência de *arguição dos interessados* (cfr. o n.º 2 do artigo 198.º do Código de Processo Civil), devendo sê-lo, em regra, no prazo para deduzir oposição, ou no prazo como tal indicado na citação, ou ainda, se nenhum prazo foi indicado - como no caso dos autos, onde a citação é completamente omissa quanto às garantias de que o citado dispõe - na *primeira intervenção do citado no processo* (assim, Jorge Lopes de Sousa, *cit.*, pp. 137/138 – nota 5 ao

artigo 165.º do CPPT).

No caso dos autos, a primeira intervenção processual do cônjuge do executado foi precisamente através do acto do seu mandatário judicial em que arguiu junto do órgão da execução fiscal a sua “falta de citação”, à qual o Serviço de Finanças deu resposta através do ofício de fls. 85 dos autos, datado de 21-09-2009, no qual informou que *a requerente foi citada no dia 06-04-2009 pelo nosso ofício 3610/2 de 02-04-2009, nos termos do artigo 239.º do Código de Procedimento e de Processo Tributário*, contra a qual reagiu a citada por via de reclamação do órgão da execução fiscal, que veio a ser convolada na presente acção de anulação da venda.

A arguição da nulidade da citação é, pois, tempestiva, sendo, porém, que atender a que, como diz o Excelentíssimo Procurador-Geral Adjunto junto deste Tribunal no seu parecer junto aos autos e *supra* transcrito, a que, de acordo com a informação de fls. 37 dos autos, *o imóvel penhorado foi vendido em 28.09.2009 e adjudicado à Caixa Geral de Depósitos, credora com garantia real*, pelo que, nem sequer a falta de citação do cônjuge do executado *importa a anulação da venda realizada, da qual a Fazenda Pública exequente não foi exclusiva beneficiária, sem prejuízo da pessoa irregularmente citada poder ser indemnizada pelo prejuízo sofrido e da responsabilidade civil da pessoa a quem seja imputável a nulidade da citação* (cfr. o n.º 11 do artigo 864.º do Código Civil, e JORGE LOPES DE SOUSA, *op. cit.*, p. 588 – notas 8, in fine e 9 ao art. 257.º do CPPT).

Ora, em face do disposto no n.º 11 do artigo 864.º do Código de Processo Civil, aplicável *ex vi* da alínea e) do artigo 2.º do CPPT, inútil se torna para efeitos da presente acção de anulação da venda apreciar a questão da nulidade da citação, razão pela qual dela não haverá que conhecer, sem prejuízo de se deixar afirmado que a prática pela Administração fiscal de citações ao cônjuge do executado em que, na verdade, nada se lhes dá a conhecer, frustra o fim tido em vista pelo legislador ao impor a respectiva citação, o que é susceptível de gerar responsabilidade civil por parte da Administração

tributária.

Pelo exposto, conclui-se que o recurso merece provimento.

- Decisão -

7 - Termos em que, face ao exposto, acordam os juízes da Secção de Contencioso Tributário do Supremo Tribunal Administrativo em conceder provimento ao recurso, revogar a sentença recorrida e julgar improcedente o pedido de anulação da venda.

Custas pela recorrida, apenas em 1.^a instância, pois não contra-alegou neste Supremo Tribunal.

Lisboa, 16 de Novembro de 2011. - *Isabel Marques da Silva* (relatora) - *Francisco Rothes* - *António Calhau*.